



Machado
Meyer

M

ARCABOUÇO DA LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL NO BRASIL ANTES
E DEPOIS DA CF/88

ABRIL DE 2018



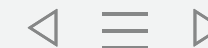
APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira no Brasil a ter um capítulo dedicado à proteção ambiental, recepcionando e reforçando a legislação ambiental da época e impulsionando a criação de novas normas.

Conheça a seguir os principais acontecimentos relacionados à legislação ambiental antes e depois da promulgação da nossa Constituição.

LINHA DO TEMPO

Principais acontecimentos relacionados à legislação ambiental antes e depois da CF/88



POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

Lei nº 6.938/1981

Estabeleceu os instrumentos para preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, como o licenciamento ambiental. Inovou ao instituir o caráter objetivo da responsabilidade civil por dano ambiental.

1981

LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Lei nº 7.437/1985

Disciplinou a ação civil pública de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente e criou o inquérito civil público, dois dos principais instrumentos de tutela ambiental.

1985

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

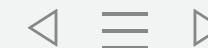
Resolução CONAMA nº 01/86

Regulamentou o processo de licenciamento ambiental quanto à elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente ("EIA/RIMA"). É utilizada para consulta sobre empreendimentos sujeitos à elaboração de EIA/RIMA até hoje.

1986

LINHA DO TEMPO

Principais acontecimentos relacionados à legislação ambiental antes e depois da CF/88



CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Primeira constituição brasileira a ter um capítulo destinado exclusivamente à proteção do meio ambiente, que recepcionou na íntegra a legislação ambiental vigente à época.



1988

REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

Resolução CONAMA nº 237/1997

Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Por anos, foi utilizada para determinar prazos e competências do licenciamento ambiental até o advento da Lei Complementar nº 140/2011.



1997

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

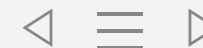
Lei nº 9.433/1997

Criou e delimitou a atuação do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos; do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; dos Comitês de Bacia Hidrográfica; das Agências de Água e da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Traz infrações administrativas específicas.



LINHA DO TEMPO

Principais acontecimentos relacionados à legislação ambiental antes e depois da CF/88



LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

Lei nº 9.605/1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Uniformizou as penas e estabeleceu a graduação para as infrações penais. Sua principal novidade foi a responsabilidade criminal das pessoas jurídicas e a desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta representa obstáculo para a recuperação ambiental.

1998

LEI DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA ("SNUC")

Lei nº 9.985/2000

Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, além de estabelecer critérios e normas para criar, implantar e gerenciar esses espaços territoriais. O artigo 36 foi objeto de discussão de constitucionalidade na ADI nº 3378, por meio da qual o STF determinou que o valor da compensação ambiental de projetos de significativo impacto ambiental seja fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

2000

POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

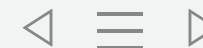
Lei nº 12.187/2009

A legislação instituiu a Política Nacional Sobre Mudança do Clima e estabeleceu suas diretrizes. Adotou o compromisso nacional voluntário de redução de emissões de gases de efeito estufa no território nacional e previu ações de mitigação para o seu alcance.

2009

LINHA DO TEMPO

Principais acontecimentos relacionados à legislação ambiental antes e depois da CF/88



POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lei nº 12.305/2012

Instituiu e dispôs sobre os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre eles a logística reversa para os tipos de resíduos nela definidos. Define a responsabilidade compartilhada e determina infrações administrativas próprias.

2010

COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO

Lei Complementar nº 140/2011

Regulamentou o artigo 23 da Constituição Federal, ao fixar critérios para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas funções administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção do meio ambiente.

2011

CÓDIGO FLORESTAL

Lei nº 12.651/2012

Estabeleceu normas gerais sobre proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal; exploração florestal; suprimento de matéria-prima florestal; controle da origem dos produtos florestais; e controle e prevenção dos incêndios florestais. Prevê instrumentos econômicos e financeiros para alcançar seus objetivos. Foi objeto de ações de controle de constitucionalidade, julgadas pelo STF em 2018.

2012

NOSSOS CONTATOS

DANIELA
STUMP

SÓCIA

dstump@machadomeyer.com.br
+55 11 3150-7003

ROBERTA DANELON
LEONHARDT

SÓCIA

rdleonhardt@machadomeyer.com.br
+55 11 3150-7009

PORTAL INTELIGÊNCIA JURÍDICA

Nossa visão para as questões que impactam os seus negócios.

Acesse nosso conteúdo: www.machadomeyer.com.br/inteligenciajuridica